

HABEAS CORPUS Nº 494.387 - RJ (2019/0048623-8)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : EDUARDO DE SOUZA GOMES E OUTRO
ADVOGADOS : EDUARDO DE SOUZA GOMES - RJ095179
EBERTHE VIEIRA DE SOUZA GOMES - RJ163711
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : EZEQUIEL FRANCISCO DA SILVA (PRESO)

DECISÃO

O **paciente** alega sofrer coação ilegal em decorrência de acórdão proferido pelo **Tribunal a quo** no HC n. 0050126-25.2018.8.19.0000.

Sustenta haver excesso de prazo em sua segregação, uma vez que está preso desde 4/2/2018 – pela suposta prática de tráfico de drogas – e a audiência de instrução e julgamento se realizará apenas em 4/4/2019. Requer o relaxamento da constrição cautelar ou a sua substituição por outras medidas cautelares.

Em consulta processual realizada na página eletrônica deste Superior Tribunal, verifico a anterior impetração do **HC n. 483.137/RJ**, aviado em favor do mesmo paciente, **atacando o mesmo acórdão ora vergastado** e pedindo igualmente o relaxamento da prisão por excesso de prazo.

Esclareço, que por ocasião da análise do pleito de urgência, conclui (fls. 186-187):

Não há como reconhecer o *fumus boni iuris*, uma vez que, consoante o aresto estadual, "o processo segue seu trâmite regular e possui duração razoável, tratando-se de feito complexo, com quatro réus, dentre os quais dois estão respondendo em liberdade, sendo que uma das rés reside em Comarca diversa, pelo que restou necessária a expedição de carta precatória" (fl. 21); "não há que se falar em desídia ou inércia da autoridade impetrada na condução do processo" (fl. 21).

Assim, tendo em vista que este habeas corpus se trata de **mera reiteração de pedido anterior**, não se pode dele conhecer.

Nesse sentido, confira-se o seguinte julgado, *mutatis mutandis*:

[...]

1. Nos termos da jurisprudência desta Corte Superior de Justiça, a impetração de habeas corpus com objeto idêntico ao de recurso especial anteriormente interposto perante este Sodalício caracteriza indevida reiteração de pedido, o que obstaculiza o conhecimento do *writ*. (AgRg no HC 118.517/AC, Rel. Min. Jorge Mussi, DJe 25.04.2011)

2. Habeas corpus não conhecido.

(HC n. 217.454/SE, Rel. Ministro Vasco Della Giustina (Desembargador convocado do TJ/RS), 6ª T., DJe 27/6/2012).

À vista do exposto, nos termos do art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente** o habeas corpus.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 20 de fevereiro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**